

Aliado de Marina diz que BNDES precisa fomentar investimentos

Por Cristiano Zaia | De Brasília

O economista e dirigente esportivo Eduardo Bandeira de Melo, presidente do Flamengo e que assessoria a candidata à Presidência, Marina Silva (Rede), disse ontem em Brasília que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é criticado de maneira injusta e defendeu que o banco retome seu papel de fomento. "Os bancos de desenvolvimento são atacados injustamente hoje e se diz que não caberia papel de banco de desenvolvimento no futuro. Isso é equivocado", afirmou, em evento da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) com assessores econômicos dos principais presidenciáveis, em Brasília.

Bandeira de Melo chegou a ser cotado para formar uma chapa pura com Marina Silva como vice-presidente, e foi enviado ao encontro como representante da

presidenciável, embora não seja formulador do plano econômico. Quem faz o programa de Marina são os economistas Eduardo Giannetti da Fonseca e André Lara Resende, como o próprio presidente do Flamengo reiterou.

Em nome da campanha de Ciro Gomes (PDT), o economista Nelson Marconi reafirmou que o plano econômico do pedetista vai priorizar o déficit fiscal zero em dois anos para forçar uma queda ainda maior da taxa básica de juros (Selic).

"Fazendo reforma fiscal, reduzindo taxa de juros, a taxa de câmbio também vai para um patamar mais desejado", afirmou Marconi. O economista ainda frisou que o crescimento econômico é importante para reduzir o atual elevado nível de desemprego do país, mas não é suficiente. Na sua concepção, retomar obras de infraestrutura também teriam um papel fundamental na geração de postos de trabalho.

A economista Ana Paula de Oliveira, que integra a equipe de assessoria econômica do pré-candidato à Presidência pelo partido Podemos, Alvaro Dias, defendeu que, se eleito, o atual senador irá ter como meta uma taxa de crescimento de 5% ao ano para a economia brasileira e combater o déficit público com revisão de todas despesas públicas federais.

"Também pretendemos através da alteração no arranjo tributário conceder maior autonomia aos entes federativos. Precisamos de uma simplificação tributária, no modelo do IVA [Imposto sobre Valor Agregado]", disse ela. Assessor de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Marcio Pochmann defendeu a revogação do teto de gasto e da reforma trabalhista. O economista José Márcio Camargo disse que a reforma da Previdência será o primeiro objetivo de Henrique Meirelles (MDB).

O Orçamento

Próximo presidente terá margem de manobra de apenas R\$ 85 bi

MARTHA BECK

marthabeck@lgb.o Globo.com.br

BRASÍLIA / O próximo presidente começará seu mandato com um Orçamento apertado, no qual as despesas discricionárias (aqueles que podem ser cortadas) estarão no menor patamar em uma década. Cálculos da equipe econômica apontam que, em um cenário otimista, esses gastos ficarão em R\$ 90 bilhões, o que já deixa a máquina pública muito próxima de uma paralisação. Mas o quadro pode se agravar em função de artigos que parlamentares incluiram na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019, que podem fazer as despesas discricionárias ficarem em torno de R\$ 85 bilhões — bem abaixo dos R\$ 124 bilhões projetados para este ano.

Para priorizar, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) enviaram ao Congresso uma proposta para corrigir seus salários em 16,38%, o que terá efeito em cascata para o funcionalismo e pressionará as despesas obrigatórias, limitando ainda mais o restante do Orçamento. Antes da decisão do STF, no entanto, a equipe econômica já tentava minimizar estragos.

O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, apresentou ontem ao presidente Mi-

chel Temer uma proposta para adiar o reajuste salarial dos servidores civis de 2019 para 2020. Segundo os cálculos do governo, a medida representa uma economia de R\$ 6,9 bilhões para os cofres públicos. Também está nos planos sugerir o voto a trechos da LDO.

Para analistas, Congresso não está fazendo o que um teto de gastos demanda: escolha de prioridades dentro do Orçamento

Isso porque o mesmo Congresso que aprovou a criação de um teto para os gastos públicos tenta agora contornar as limitações impostas pela regra, segundo a qual as despesas não podem crescer acima da inflação. Integrantes da equipe econômica afirmam que será preciso recomendar o voto a uma série de artigos da LDO que foram incluídos pelos parlamentares enquanto tentavam preservar o orçamento de áreas específicas.

A maior preocupação é com o artigo 22 da LDO, que assegura que as despesas com educação em 2019 sejam iguais ao valor aprovado em 2018 mais a inflação. Segundo os técnicos, esse arti-

go foi uma forma de elevar os recursos para o Ministério da Educação, uma vez que ele assegura uma espécie de sub-teto para as despesas da pasta. O problema é que, se houver esse tipo de tratamento para a educação, o governo terá uma margem ainda menor para gerir as contas públicas e faltará dinheiro para outras áreas.

—Já estamos catando tampinha de garrafa. Com as discricionárias em R\$ 90 bilhões já não se faz praticamente nada — disse um integrante da área econômica.

DISCUSSÃO FISCAL

Enquanto isso, as despesas com pessoal e encargos estão estimadas em R\$ 322 bilhões no ano que vem. Já os desembolsos com o Regime Geral de Previdência somam R\$ 635,4 bilhões.

No encontro com Temer, Colnago argumentou que o adiamento do reajuste dá ao governo fôlego para atender a demandas de ministérios como o da Educação. Uma possibilidade é fazer com que a educação receba, no ano que vem, o equivalente ao que conseguir economizar com o adiamento do reajuste de seus respectivos servidores. Já o restante dos recursos será distribuído para as demais áreas sociais e investimentos.





CONTEXTO

Para aprovar teto, concessões à educação e saúde

BRASÍLIA / Para conseguir aprovar o teto de gastos no Congresso em 2016, o governo fez concessões aos parlamentares em saúde e em educação. Os recursos para essas áreas ficaram excluídos da regra geral para serem preservados. No primeiro ano de vigência do teto, 2017, ficou acertado que seriam respeitadas as vinculações constitucionais que exigiam a aplicação de valo-

res mínimos do Orçamento para os dois segmentos.

Assim, a lei determinou que as despesas com saúde deveriam ser equivalentes a 15% da receita corrente líquida (RCL) em 2017. Já os gastos com educação foram fixados em 18% da arrecadação de impostos. A partir de 2018, as duas áreas passaram a ter as despesas corrigidas pela inflação.

Isso provocou reações, pois o aperto das contas públicas obrigou a equipe econômica a remanejar despesas, afetando todas as pastas, inclusive as sociais. Tanto que o presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior (Capes), Abilio Baeta Neves, enviou ofício ao Ministério da Educação recentemente afirmando que a previsão orçamentária da pasta para 2019 está abaixo do necessário e levará à suspensão do pagamento de quase 200 mil bolsas de estudo a partir de agosto do ano que vem.

O ministro da Educação, Rossieli Soares, procurou a área econômica, que se comprometeu a encontrar uma solução para o problema. Uma das alternativas propostas foi adiar o reajuste do funcionalismo e, assim, encontrar espaço para preservar outros gastos. (Martha Beck)

Economistas ouvidos pelo GLOBO afirmam que o Congresso aprovou o teto, mas não está fazendo a discussão natural que deveria se seguir a esse tipo de medida: escolher prioridades dentro do Orçamento público.

— O teto foi uma medida para incentivar a melhor alocação de recursos. Mas o que está acontecendo é uma desvirtuação da regra, pois o próprio Executivo atua dentro do Congresso para preservar suas áreas de interesse de cortes — afirma a sócia da Oliver Wyman Ana Carla Abrão. — E

o pior é que essa é uma proteção insustentável. Proteger áreas específicas só gera um engessamento maior do Orçamento, de forma que a gestão seja inviabilizada.

Para Ana Carla e o diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), Gabriel Leal de Barros, o próximo presidente terá de fazer uma ampla discussão sobre o arrebatamento fiscal brasileiro, composto por várias âncoras fiscais que não têm condições de ser cumpridas até o fim do mandato.

— A gente não vai escapar

de uma reforma da Previdência para conter as despesas obrigatórias, mas isso não é suficiente. É preciso uma ampla revisão das regras fiscais.

Para Barros, será necessário, por exemplo, discutir a vinculação do Orçamento ao salário mínimo. Hoje, quase 70% da Previdência são indexados ao salário mínimo. Também é o caso dos benefícios assistenciais, como Loas e abono salarial.

— Se não acabar com essa indexação, o próximo presidente não entregará todo o necessário — disse Barros.

Contexto : Para aprovar teto, concessões à educação e saúde

BRASÍLIA / Para conseguir aprovar o teto de gastos no Congresso em 2016, o governo fez concessões aos parlamentares em saúde e em educação. Os recursos para essas áreas ficaram excluídos da regra geral para serem preservados. No primeiro ano de vigência do teto, 2017, ficou acertado que seriam respeitadas as vinculações constitucionais que exigiam a aplicação de valores mínimos do Orçamento para os dois segmentos.

Assim, a lei determinou que as despesas com saúde deveriam ser equivalentes a 15% da receita corrente líquida (RCL) em 2017. Já os gastos com educação foram fixados em 18% da arrecadação de impostos. A partir de 2018, as duas áreas passaram a ter as despesas corrigidas pela inflação.

Isso provocou reações, pois o

aperto das contas públicas obrigou a equipe econômica a remanejar despesas, afetando todas as pastas, inclusive as sociais. Tanto que o presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Abilio Baeta Neves, enviou ofício ao Ministério da Educação recentemente afirmando que a previsão orçamentária da pasta para 2019 está abaixo do necessário e levará à suspensão do pagamento de quase 200 mil bolsas de estudo a partir de agosto do ano que vem.

O ministro da Educação, Rossieli Soares, procurou a área econômica, que se comprometeu a encontrar uma solução para o problema. Uma das alternativas propostas foi adiar o reajuste do funcionalismo e, assim, encontrar espaço para preservar outros gastos.

(Martha Beck)

Teto expiatório

Da comunidade científica e acadêmica partem ataques furiosos ao teto fixado há dois anos para as despesas federais, diante dos temores de um corte no pagamento de bolsas de estudos em 2019.

Estudo recém-publicado pela Fundação Getulio Vargas estima que o limite imposto ao gasto tende a sufocar a administração pública já no próximo ano, tornando-se insustentável ao longo do próximo mandato presidencial.

Nesta quarta-feira (8), em debate entre assessores econômicos de candidatos ao Planalto, o único a defender o mecanismo foi o representante de Henrique Meirelles (MDB), ex-ministro da Fazenda.

Na mesma ocasião, auxiliares de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Marina Silva (Rede), Ciro Gomes (PDT), Alvaro Dias (Pode) e Guilherme Boulos (PSOL) declararam sua oposição à regra.

Convém não tomar ao pé da letra o que parece um quase consenso político, com respaldo técnico, contra o teto. Este apenas desempenha no momento o papel de bode expiatório — como se fosse ele, e não o enorme desajuste do Orçamento, a ameaça a pairar sobre o futuro dos programas de Estado.

O real limite para a expansão das despesas não é o inscrito na Constituição em 2016. Antes disso, já se esgotava a capacidade de recorrer a mais carga tributária ou endividamento para financiar o aumento contínuo dos desembolsos.

O Tesouro Nacional hoje não arrecada o suficiente para os compromissos cotidianos e as obras públicas — e nem se fala aqui dos encargos com juros devidos aos credores. Assim, uma hipotética ampliação dos

gastos, com abandono ou flexibilização do teto, teria de ser bancada com alta brutal de impostos ou dinheiro emprestado.

Às duas alternativas improváveis, acrescente-se um Orçamento engessado, no qual cerca de 80% dos dispêndios têm caráter obrigatório, e os pagamentos de aposentadorias crescem a cada ano.

Fato é que, com o atraso na reforma crucial da Previdência, todas as demais áreas — incluídas educação, saúde e infraestrutura — correm risco de perder verbas. Isso aconteceria com ou sem o limite formal estabelecido na Carta.

Suprimi-lo ou alterá-lo tornará mais difícil, não mais simples, a tarefa do próximo presidente. Serão necessárias novas demonstrações de austeridade para que se mantenha o financiamento ao governo.

Cabe aos candidatos, pois, expor as escolhas a serem feitas. Negar a finitude inexorável dos recursos só vai gerar frustração posterior.

Orçamento federal é engessado



Obs.: Exclui juros. Fonte: Decreto de programação

Supremo aprova proposta de reajuste de 16,38% de salários de seus ministros

Para valer, índice precisa ser aprovado no Congresso, o que elevaria teto do funcionalismo para R\$ 39,3 mil, gerando efeito cascata

Reynaldo Turolo Jr.

BRASÍLIA- O STF aprovou, nesta quarta-feira (8), uma proposta orçamentária para 2019 que prevê reajuste salarial de 16,38%. O placar foi de 7 votos favoráveis e 4 contrários. A proposta deve ser enviada ao Congresso ainda neste mês. O reajuste só passará a valer se o Legislativo o aprovar. O índice era pleiteado pela magistratura desde 2015.

O salário de um ministro do Supremo é o teto do funcionalismo público, hoje em R\$ 33,7 mil. Como índice poderá ir para R\$ 39,3 mil. Se for confirmado, o reajuste terá impacto sobre os salários de juízes e membros do Ministério Público de todo o país e também de parlamentares, membros de tribunais de contas, entre outros.

O impacto inicial previsto só no Judiciário federal (nas três instâncias) é de R\$ 717,2 milhões por ano, isso sem contar a Justiça dos estados, o Ministério Público Federal, os

ministérios públicos estaduais e os tribunais de contas. Para membros da magistratura, um eventual reajuste será automático. Para os demais, costuma depender da aprovação de leis no Congresso ou nas Assembleias dos estados.

Os ministros Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio, Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Luiz Fux e Alexandre de Moraes votaram a favor da inclusão do reajuste na proposta orçamentária do próximo ano. Já os ministros Cármem Lúcia, Celso de Mello, Rosa Weber e Edson Fachin foram contrários.

Sob o comando da presidente, Cármem Lúcia, a equipe técnica do STF deixou o reajuste fora da proposta orçamentária, como também fez no ano passado. O ministro Marco Aurélio foi o primeiro a ponderar que os subsídios dos magistrados estão sendo achatados — o último reajuste foi em janeiro de 2015, e desde então a inflação medida pelo IPCA foi de 24,66%.

A proposta de incluir o percentual veio de Lewandowski. "Entendo ser da boa técnica orçamentária incluir no orçamento aqueles projetos que estão tramitando no Congresso",

disse, referindo-se a projeto enviado ao Legislativo em 2015, quando ele presidia o Supremo.

Esse projeto, o PLC 27/2016, já foi aprovado na Câmara, mas está parado no Senado. "Quem vai decidir soberanamente é o Congresso Nacional, e ainda passará pelo crivo do presidente da República, que poderá vetá-lo ou não", disse Lewandowski. Segundo ele, magistrados aposentados e pensionistas, que perdem cerca de 40% de seu rendimento, vivem hoje em situação de penúria.

"Eu não gostaria de impedir o Congresso de deliberar sobre uma proposta que já foi aprovada no Supremo e na Câmara. [Voto] para que se abra a possibilidade, porque, senão estiver na proposta, eles [Congresso] não podem sequer deliberar", justificou o ministro Barroso, após dizer que é contra os "penduricalhos" que juízes recebem.

O ministro Toffoli, que tomará posse como presidente do STF em setembro para um mandato de dois anos, afirmou que as despesas do tribunal não vão aumentar. O valor do reajuste para os ministros deverá sair de remanejamentos internos, tirando, por exemplo, verba da TV





Justiça.

"Não se está encaminhando para o Congresso um acréscimo ao orçamento do Supremo. Está se encaminhando uma previsão para uma recomposição remuneratória parcial de 2009 a 2014. Não se está tirando de saúde, de educação. Está-se tirando das nossas despesas correntes, dos nossos custeios", disse Toffoli.

O orçamento previsto para o STF em 2019 é de pouco mais de R\$ 741 milhões.

Gilmar, que votou pela previsão de reajuste, defendeu que a corte reveja os vários auxílios recebidos pelos juízes, como o auxílio-moradia de R\$ 4.377. Os auxílios, como o moradia, estão judicializa-dos e ainda sob análise do STF.

Ele falou do constrangimento do Supremo de ter que deliberar sobre o próprio salário. "Veja o tamanho do ônus político que recai sobre nós, porque vamos estar decidindo sobre o aumento em cascata", afirmou.

Por 6 a 5, tribunal decide que ações para ressarcir cofres públicos não prescrevem

Brasília- O Supremo Tribunal Federal decidiu nesta quarta (8), por 6 votos as, que ações de ressarcimento ao erário não prescrevem quando o ato de improbidade administrativa que causou o prejuízo tiver sido praticado com dolo (intenção) por agentes públicos ou terceiros. Isso significa que, mesmo que o tempo passe, o Estado não perde o direito de cobrar do agente o dano causado aos cofres públicos.

Os ministros terminaram de julgar um recurso extraordinário referente a um caso específico de São Paulo que tem repercussão geral (aplicação do entendimento para todos os outros casos). Segundo o STF, havia 999 ações paradas na Justiça esperando o desfecho desse julgamento.

A posição da corte passou por reviravolta. Na semana passada, quando o julgamento começou e foi suspenso por causa do horário, o placar já tinha maioria de seis votos

para que as ações de ressarcimento por ato de improbidade prescrevessem em cinco anos.

Os ministros Luís Roberto Barroso e Luiz Fux, que tinham votado desse modo, mudaram de lado, formando a nova maioria no sentido inverso. Ao longo da semana, agentes do Ministério Público deram declarações de que, se vingasse o entendimento de que tais ações prescrevem, o combate à corrupção estaria em risco.

O relator do recurso, Alexandre de Moraes, que acabou sendo vencido, considerou que a imprescritibilidade tem caráter excepcional no ordenamento jurídico brasileiro, mesmo na esfera penal, que é mais grave — pela Constituição, destacou, somente os crimes de racismo e de ação de grupos armados contra o Estado democrático não prescrevem.

Moraes disse que o que atrapalha o combate à corrupção é a

incompetência de quem (promotores e procuradores) não consegue ajuizar as ações no prazo. Ele foi acompanhado por Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Marco Aurélio.

Seguido por Rosa Weber, Celso de Mello, Cármen Lúcia, Barroso e Fux, Edson Fachin divergiu: "O comando [constitucional] estabelece como um verdadeiro ideal republicano que a ninguém, ainda que pelo longo transcurso de lapso temporal, é autorizado ilicitamente causar prejuízo ao erário, locupletando-se da coisa pública ao se eximir do dever de ressarcí-lo".

Ao final, Barroso propôs que só não prescrevam as ações de ressarcimento relativas a atos de improbidade praticados com dolo (com a intenção do agente), tese acatada pela maioria que venceu. RTJ

Só assessor de Meirelles defende teto de gastos

Medida de ex-ministro da Fazenda é criticada por auxiliares dos demais candidatos ao Planalto em debate de campanha

Bernardo Caram

Brasília- Responsável pela implementação de um teto para o crescimento dos gastos públicos no Brasil, Henrique Meirelles tem se isolado na defesa da regra.

Em debate entre assessores econômicos de candidatos nesta quarta-feira (8), em Brasília, o representante do emedebista foi o único a dizer que vai manter a norma. No encontro, assessores de Álvaro Dias (Pode), Marina Silva (Rede), Ciro Gomes (PDT), Lula (PT) e Guilherme Boulos (Psol) se posicionaram contra a proposta.

Apesar de não estar no evento, o economista da campanha de Geraldo Alckmin (PSDB), Persio Arida, já indicou em entrevistas que pode rever a regra. A exceção entre os candidatos com melhor

colocação nas pesquisas é Jair Bolsonaro (PSL).

Ao jornal Valor Econômico, o economista Paulo Guedes disse que pretende aprofundar a regra. O teto de gastos foi proposto pelo governo Michel Temer e aprovado pelo Congresso no início da gestão de Meirelles à frente do Ministério da Fazenda.

A norma limita o crescimento do gasto público à variação da inflação por dez anos, renováveis por mais dez. "Somos a favor de manter o teto de gastos. É uma revolução na forma de fazer o Orçamento no Brasil", disse José Márcio Camargo, auxiliar de Meirelles na área econômica.

No debate promovido pela ABDE (Associação Brasileira de Desenvolvimento), a economista de Alvaro Dias, Ana Paula Oliveira, disse que o candidato do Podemos vai fazer um ajuste fiscal sem seguir o molde da norma em vigor.

"Somos contra o atual teto de

gastos. Precisamos reduzir despesas, mas deixar um mecanismo de aumento de gastos com o que queremos para o país. Não adianta limitar gasto à inflação se queremos ter um crescimento médio [do PIB] de 5% ao ano", disse.

Representante de Marina Silva, Eduardo Bandeira disse que a candidata já deixou claro que é contra o mecanismo. "Marina foi contrária a PEC do teto, mas é totalmente favorável a um esforço fiscal para que se consiga compatibilizar receita com despesa dentro do orçamento", afirmou.

O economista Nelson Marconi, que assessorou Ciro Gomes, informou que o pedetista vai revogar o teto de gastos se for eleito presidente. "Temos de ter limite para o gasto, possivelmente um teto para a dívida, preservando investimentos, principalmente em saúde e educação", disse.

As equipes de Lula e Boulos também querem a revogação da





regra. "Estamos defendendo um conjunto de revogações das medidas. Revogações que vamos fazer de forma democrática", disse o economista Mareio Pochmann, representante do petista, citando o teto de gastos e a reforma trabalhista. Pochmann, em governos petistas, foi presidente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

"Vamos propor a revogação. Isso vai gerar uma instabilidade política imensa em 2019. A gente vai ter um presidente que vai assumir o governo refém do Congresso", afirmou Marco Antonio Rocha, da campanha de Guilherme Boulos.

O assessor econômico de Meirelles ponderou que o mecanismo que limita o crescimento do gasto público só será viável nos próximos anos se o Congresso aprovar uma reforma da Previdência. "Vamos aprovar a reforma que está no Congresso nos primeiros três meses de governo. O mais rápido possível", disse.

Camargo disse ainda que o cumprimento do teto poderá ser alcançado se houver uma redução das renúncias fiscais concedidas pelo governo.

O economista afirmou também que é preciso diminuir as vinculações de gastos do orçamento. Segundo ele, 94% do orçamento federal já é predefinido. "Não dá para fazer programa nenhum com 6%", disse.

Marconi, que auxilia Ciro Gomes, afirma que a situação das contas públicas será resolvida com reformas fiscal, tributária e da Previdência. A mudança nas regras da aposentadoria, para ele, devem ser feitas em outros moldes.

A proposta do PDT muda o sistema e faz com que parte das aposentadorias seja financiada por um sistema de capitalização individual semelhante a uma poupança, que seria feita por cada trabalhador, com auxílio do empregador.

Governo agiliza corte de benefício de idoso e deficiente pobre

Ranier Bragon
Laís Alegretti
BRASÍLIA

Sob o argumento de melhorar o gasto público, o presidente Michel Temer vai acelerar o corte do pagamento de benefício de um salário mínimo a idosos e pessoas com deficiência em situação de miséria.

O governo preparou um decreto que não só agiliza a suspensão do pagamento do BPC (Benefício de Prestação Continuada) em casos suspeitos de irregularidade como cria novas situações em que o pagamento pode ser cortado.

A previsão é que o decreto seja publicado no Diário Oficial desta quinta-feira (9).

O benefício assistencial, que hoje sustenta 4,6 milhões de pessoas, tem orçamento anual de mais de R\$ 50 bilhões — maior do que o do Bolsa Família (R\$ 29 bilhões em 2017).

O texto do decreto, ao qual a Folha teve acesso, determina que o valor do benefício será bloqueado mesmo que o INSS, responsável pelo pagamento do BPC, não consiga notificar o beneficiário.

Só após o bloqueio, se entrar em contato com o INSS, o beneficiário

entenderá o motivo pelo qual teve o benefício cortado. Além disso, terá apenas dez dias para apresentar a defesa.

De acordo com a regra hoje em vigor, se o governo não consegue notificar o beneficiário por correio, é necessária uma notificação por meio de edital e há prazo de 15 dias para apresentação de defesa.

Conhecido por muitos beneficiários simplesmente como aposentadoria, o BPC é uma assistência de um salário mínimo mensal paga a pessoas com deficiência ou com mais de 65 anos que tenham renda familiar per capita de até 25% do salário mínimo (R\$ 954), que comprovem condição de miserabilidade.

Hoje, isso significa menos de R\$ 238,50 por pessoa.

O benefício não dá direito a pensão nem paga 13º.

Se o texto anterior dizia apenas que o BPC seria suspenso quando fosse identificada irregularidade na sua concessão, o novo decreto traz mais previsões.

Entre elas, a “identificação de inconsistências ou insuficiências cadastrais que afetem a avaliação de elegibilidade do beneficiário” e o

“não agendamento da reavaliação da deficiência até a data-limite estabelecida em convocação”.

O governo Temer já havia tentado mexer no BPC quando enviou proposta de reforma da Previdência ao Congresso. O texto original aumentava a idade mínima, hoje em 65 anos, para 70 e desvinculava o valor do benefício do salário mínimo.

A Folha revelou que o governo gastou no ano passado R\$ 5,5 bilhões em benefícios pagos a pessoas que, segundo ele, estão fora das regras do benefício.

O valor pago de forma indevida em um ano é maior do que os R\$ 4,5 bilhões que foram gastos com todos os mais de 4 milhões de beneficiários do BPC no mês de junho.

Um problema antigo da política do BPC é a judicialização.

Em decisão de 2013, o Supremo considerou inconstitucional o critério de um quarto do salário mínimo. Na ocasião, os ministros consideraram que a regra estava defasada para caracterizar a situação de miserabilidade.

Até hoje, contudo, a lei não foi alterada para estabelecer um novo patamar para acessar o benefício.

Jogos vorazes

LAURA CARVALHO

Na segunda (6), o ministro da Educação, Rossieli Soares, reafirmou que as bolsas de estudo de pós-graduação da Capes (Coordenação da Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) serão mantidas em 2019.

O anúncio veio alguns dias depois de um ofício em que o presidente da instituição alertou para a possibilidade de suspensão de todas as bolsas pelo corte nos recursos previstos para o ano que vem.

Na carta de conjuntura do Ibre-FGV de maio, o economista Luiz Guilherme Schymura concluiu que, “mesmo na hipótese muito otimista de que se aprove uma reforma da Previdência no início do próximo mandato presidencial e que se avance em medidas que contenham o impacto fiscal oriundo do aumento real do salário mínimo e de corte de subsídios, o teto tal como definido hoje não poderá ser cumprido em 2020”.

Estudo da pesquisadora Vilma Pinto, do Ibre-FGV, mostrou que, para cumprir a emenda constitucional 95 em 2019 e em 2020, o governo terá de reduzir suas despesas discricionárias, que vão de investimentos a pagamentos de contas como água e luz de repartições federais, para um valor inferior ao necessário para manter o funcionamento básico da máquina

pública.

Ainda em 2017, o controverso relatório do Banco Mundial intitulado “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil” já havia mostrado nas entrelinhas que, mesmo com a aprovação da reforma da Previdência, a cobrança de mensalidade em universidades públicas e diversos outros cortes sugeridos no Orçamento, não seria possível atingir a redução acumulada de 25% nas despesas primárias federais (em proporção do PIB) necessária para o cumprimento do teto de gastos na próxima década.

Mesmo diante de todas as evidências de que a EC/95 levará a uma paralisação da máquina pública após alguns anos, sua adoção continua sendo defendida como um artifício para forçar a aprovação da reforma previdenciária e de outras medidas impopulares, pois tornaria mais transparente o conflito distributivo sobre os itens do Orçamento público.

Nessa hipótese, os diferentes setores da sociedade que disputam as fatias do Orçamento público seriam levados pela escassez a fazer a divisão mais justa possível do bolo. Em tese, os representantes das áreas prioritárias para a sociedade, ao se deparar com cortes cada vez maiores no seu Orçamento, passariam a defender que se tirasse dinheiro dos

mais privilegiados.

Até parece. Como a regra vai se tornando mais rígida ao longo do tempo, o procedimento equivale a trancar em uma sala os representantes de cada uma das áreas para onde se destinam recursos federais para brigar por um bolo que vai diminuindo cada vez mais de tamanho. O problema é que em jogos desse tipo já sabemos de antemão quem sairá vencedor: o mais forte.

Na prática, enquanto o alto escalão do Judiciário, por exemplo, garante sem muita dificuldade seus supersalários e superaposentadorias, a saúde, a educação, a infraestrutura, a cultura e a ciência e tecnologia entram em disputa fraticida para sobreviver.

Já os receptores do Bolsa Família, por exemplo, não conseguem nem chegar à sala para disputar a sua parte. E os mais ricos, que pagam menos impostos e nem sequer utilizam os serviços públicos, assistem ao jogo de camarote.

Em um cenário como esse, em vez de restringir nossa mobilização à garantia de que uma fatia do bolo continue indo para as bolsas da Capes em 2019 em meio ao aumento da mortalidade infantil, é urgente que se debata a revisão da EC/95 e qual regra —mais realista e justa— deve substituí-la.

STF propõe reajustar em 16% o salário dos ministros

Impacto. Remuneração, que representa o teto do funcionalismo, pode passar dos atuais R\$ 33,7 mil para R\$ 39,2 mil, causando "efeito cascata" de R\$ 717 milhões no Judiciário

Rafael Moraes Moura Amanda Pupo / BRASÍLIA

Os ministros do Supremo Tribunal Federal aprovaram ontem, por 7 votos a 4, a inclusão no orçamento da Corte do próximo ano de um reajuste de 16,38% no próprio salário. Teto do funcionalismo público, a remuneração dos ministros, hoje em R\$ 33,7 mil, pode subir para R\$ 39,2 mil. O impacto anual estimado do reajuste é de R\$ 2,77 milhões para o STF e um efeito cascata de R\$ 717,1 milhões para o Poder Judiciário. O aumento pode ter impacto nos salários do Executivo e do Legislativo federal e dos Estados.

Apesar de ter sido incluído na proposta orçamentária da Corte, o reajuste precisa ser aprovado pelo Senado – o projeto de lei já passou pela Câmara – e sancionado pelo presidente Michel Temer para entrar em vigor. O mais recente aumento concedido aos ministros do Supremo foi em janeiro de 2015 – quando o valor aumentou de R\$ 29,4 mil para os atuais R\$ 33,7

mil. Para compensar o impacto, o Supremo prevê o remanejamento de recursos, principalmente da área de comunicação institucional, atingindo a TV Justiça. A proposta orçamentária da Corte para 2019 é de R\$ 741,4 milhões.

"Estou convencido de que existe espaço para remanejamento de modo a contemplar esse modestíssimo reajuste. Não estamos deliberando nossos vencimentos, estamos contemplando a situação de toda a magistratura", disse o ministro da Corte Ricardo Lewandowski. Segundo ele, aposentados e pensionistas do Judiciário estão passando por uma "situação de penúria extrema".

Futuro presidente do STF (mais informações nesta página), o ministro Dias Toffoli alegou que a inclusão do reajuste não provocará aumento de despesas, já que a Corte cortará gastos do próprio orçamento. "Não se está encaminhando para o Congresso um acréscimo no orçamento do Supremo, não se está tirando de saúde, educação, se está tirando das nossas despesas correntes, dos nossos custos", disse Toffoli, sem citar que a elevação do teto provoca impacto nos orçamentos estaduais e federal.

Também votaram a favor da inclusão do reajuste os ministros Marco Aurélio Mello, Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes, Luiz Fux e Luís Roberto Barroso. Mesmo a favor da inclusão do reajuste, Gilmar afirmou que é preciso corrigir distorções provocadas por "penduricalhos" e pediu compromisso da magistratura para o teto ser efetivamente aplicado. Para ele, o teto constitucional do salário dos ministros do STF "é o mais furado que existe".

A inclusão do reajuste ocorre em meio à discussão da legalidade do auxílio-moradia pago a magistrados e membros do Ministério Público. Em dezembro do ano passado, Fux, relator no STF, liberou para votação no plenário as ações que tratam da concessão do polêmico benefício. O julgamento foi marcado para março, mas, na véspera, o ministro retirou o assunto da pauta e determinou a discussão na Câmara de Conciliação da Advocacia-Geral da União (AGU). Após três meses de negociação sem acordo na AGU, o caso voltou ao STF em 20 de junho e, agora, aguarda um posicionamento de Fux.

Divergência. A presidente do Supremo, ministra Cármem Lúcia, não incluiu o reajuste na proposta,





por temer um efeito cascata nas contas públicas de todo o País. O posicionamento de Cármem foi endossado pelo decano da Corte, ministro de Celso de Mello. "Estamos em face de escolhas trágicas", afirmou o decano, ressaltando que há "pretensões importantes, mas confrontadas com clara escassez de recursos".

Celso de Mello citou ainda em seu voto "a crise social que se projeta sobre milhões de desempregados", mas seus argumentos não sensibilizaram a maioria dos colegas. Além de Cármem Lúcia e do decano,

votaram contra o reajuste Rosa Weber e Edson Fachin.

A decisão dos ministros foi vista pela equipe econômica do governo como um sinal bastante negativo em meio ao esforço de ajuste fiscal, segundo apurou o *Estadão/Broadcast*. A avaliação é de que o timing do aumento atrapalha o argumento do governo a favor do adiamento do reajuste dos servidores da União de 2019 para 2020, medida essencial para equilibrar o projeto de lei orçamentária para o ano que vem.
/COLABOROU I.T.

● **Valores**

R\$ 33.761

É a remuneração atual de um ministro do Supremo – o valor é o teto do funcionalismo.

R\$ 39.293,32

Seria o valor do salário dos ministros da Corte com o reajuste proposto.

R\$ 717,1 mi

Seria o impacto no Poder Judiciário de um efeito cascata pós-reajuste.

Novo presidente terá de indicar regra de reajuste do salário mínimo em abril

Orçamento. Política atual prevê que aumento seja concedido de acordo com a inflação e o crescimento dos últimos dois anos, mas só vale até o ano que vem; medida tem impacto nas contas públicas e estará entre as primeiras decisões do próximo governo

Fernando Nakagawa /
BRASÍLIA

O próximo presidente terá de definir já nos primeiros meses de governo se mantém ou se muda a regra atual de reajuste do salário mínimo. O tema é espinhoso porque afeta diretamente as contas públicas, já que R\$ 1 de aumento causa impacto de cerca de R\$ 300 milhões nas despesas do governo, segundo cálculos da equipe econômica.

Alguns candidatos à Presidência ainda não se manifestaram sobre o tema. Questionados pelo Estadão/Broadcast, Marina Silva (Rede) e o Partido dos Trabalhadores disseram que pretendem, a partir de 2020, manter a regra atual, que prevê reajuste de acordo com a inflação dos 12 meses anteriores acrescida do crescimento da economia de dois anos antes. Essa norma está em vigor desde o início da década.

Ciro Gomes (PDT) ainda não definiu um modelo e economistas da campanha avaliam o espaço fiscal para determinar como tratar o tema. Uma opção seria dar aumentos reais levando em conta o crescimento médio de anos anteriores e não apenas de um ano específico.

Álvaro Dias (Podemos) pretende adotar regra que ofereça reposição da inflação somada ao ganho de produtividade a ser calculada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Os outros candidatos não responderam. Questionado, em entrevista à GloboNews, o candidato Jair Bolsonaro disse que a regra em vigor pode ser renovada ou alterada. "Quando não se tem uma nova proposta, se mantém a que está em vigor. Não tem de inventar nada", afirmou.

Em abril, o novo governo terá de indicar qual será o mecanismo de reajuste da principal referência para trabalhadores e aposentados, ao enviar ao Congresso o projeto de lei que dá as diretrizes do Orçamento do ano seguinte.

Teto. Embora reconheça a importância social da política de aumento do mínimo, o diretor executivo da Instituição Fiscal

Independente, Felipe Salto, diz que a situação fiscal exigirá que o próximo presidente tenha de decidir rapidamente sobre o tema. "Caso o teto de gastos seja atingido, o que pode acontecer em 2019 ou 2020, medidas que provoquem aumento de gastos, inclusive no mínimo, devem ser interrompidas", diz.

A emenda constitucional que criou o teto de gastos (mecanismo que impede que o crescimento dos gastos seja superior à inflação) prevê que, em caso de descumprimento, o governo fica impedido de adotar medida que "implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação".

A economista-chefe da Rosenberg Associados, Thais Zara, defende que, a partir de 2019, o Brasil volte a ter uma regra discricionária para o mínimo. Ou seja, que o governo anuncie todo ano o reajuste pela capacidade financeira daquele momento – sem uma regra fixa. "O governo verifica quanto será possível reajustar, pensando sempre na questão da Previdência, e anuncia." Outros analistas do mercado financeiro compartilham dessa opinião.

O diretor do Dieese, Clemente Ganz, classifica como "retrocesso"



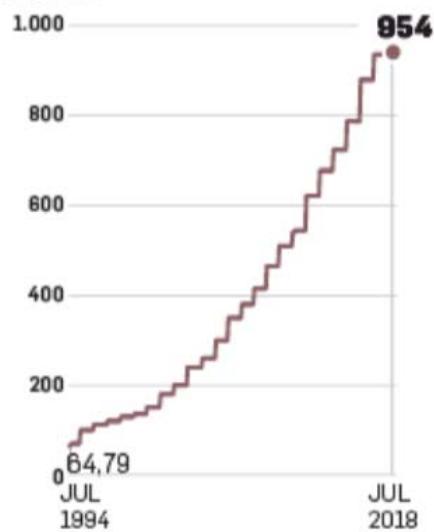


a possibilidade de voltar a ter uma política discricionária para o valor do mínimo. "A economia será tomada de surpresa a cada anúncio", diz. Ganz reconhece a fragilidade das contas públicas, mas diz que o trabalhador não pode arcar com todo o ajuste fiscal. Por isso, propõe uma discussão e admite que poderia ser revisto, por exemplo, o ritmo de concessão dos reajustes. / COLABOROU IDIANA TOMAZELLI

PODER DE COMPRA

Salário mínimo

EM REAIS



Regra de reajuste

EM PORCENTAGEM

	Variação do PIB (2 anos antes)	INPC (ano anterior)	Reajuste nominal do mínimo
2011	-0,1	6,5	6,9
2012	7,5	6,1	14,1
2013	4,0	6,2	9,0
2014	1,9	5,6	6,8
2015	3,0	6,2	8,8
2016	0,5	11,3	11,7
2017	-3,8	6,6	6,5
2018	-3,6	2,1	1,8

FONTE: BANCO CENTRAL E IBGE

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

MEC pode ter verba extra se adiar reajuste

Medida está vinculada ao adiamento do reajuste da folha de pagamento dos servidores para 2020

Lorena Rodrigues Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA

Para convencer o presidente Michel Temer a adiar o reajuste dos servidores federais de 2019, o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, propôs que o Ministério da Educação receba, no ano que vem, o equivalente ao que conseguir economizar com o adiamento do reajuste de seus respectivos servidores. Já o restante dos R\$ 6,9 bilhões que devem ser economizados será distribuído para as demais áreas sociais e investimentos.

Temer ainda não bateu o martelo. A postergação será de um ano: o reajuste dos servidores do MEC será adiado de julho de 2019 para julho de 2020; para os demais

servidores, será de janeiro de 2019 para 2020.

A vinculação do reforço orçamentário à economia na folha de pagamentos dos próprios servidores será uma forma de pressionar pela aprovação do adiamento no reajuste, que já foi tentado no ano passado sem sucesso. Pouco antes das eleições, a destinação dos valores para a educação pode ajudar a minimizar o impacto da medida impopular, que, de qualquer forma, deverá enfrentar a oposição das carreiras públicas.

Na semana passada, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) divulgou nota em que afirma que poderia deixar de pagar bolsas para 93 mil mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos e 105 mil bolsistas de programas de formação de professores por causa

de cortes no Orçamento.

A ideia é que seja editada uma medida provisória com o adiamento até a próxima semana. A área econômica corre contra o tempo porque precisa que o adiamento seja legalmente garantido antes do envio da Lei Orçamentária Anual (LOA), que tem de ser feito até dia 31 de agosto, para poder realocar os R\$ 6,9 bilhões no Orçamento de 2019. Como as despesas estão comprimidas pelo teto dos gastos (mecanismo que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação), novos gastos somente poderão ser previstos se outros forem cancelados.

Os valores que serão efetivamente enviados para cada área serão decididos em um segundo momento. De acordo com fontes da área econômica, há demanda que supera R\$ 11 bilhões.

CONJUNTURA »

BNDES busca maior eficiência

» GABRIEL PONTE *

À procura de um melhor gerenciamento dos gastos e redução de riscos de operação, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou um plano de reestruturação técnica, alterando as estruturas internas da instituição. O projeto foi anunciado pelo presidente do banco, Dyogo Oliveira, em evento em São Paulo.

As mudanças visam, principalmente, o aperfeiçoamento das operações técnicas da instituição, a partir da redução dos riscos e foco na visão do cliente. Segundo Ricardo Ramos, diretor de Transformação Digital e Estratégica do BNDES, o plano é fruto de uma reflexão estratégica. “Estamos mudando de foco, priorizando o cliente. Nós estávamos muito voltados para dentro. Com o novo plano, esperamos melhorar a eficiência e competitividade do banco”, explicou.

A nova política possibilitará uma economia anual de, aproximadamente, R\$ 16 milhões. Com o intuito de concretizar a reestruturação, a instituição elaborou 12 projetos corporativos. Uma das iniciativas envolve o corte de 56 cargos de gerentes e coordenadores de área, além do fortalecimento do setor operacional. “Estamos reduzindo o número de cargos

visando, principalmente, a melhoria operacional do banco. O principal objetivo é o aumento da eficiência”, disse Ramos.

Segundo a diretoria do banco, haverá também uma seleção de novos executivos, que se enquadram em sistemas de rodízio. Na visão de Ramos, a iniciativa possibilitará a profissionalização do processo seletivo. “Antes, quando o executivo queria colocar alguém em cargo de gerência, era feita uma entrevista, respeitando os níveis hierárquicos. Mas, com o intuito de agregar novas experiências corporativas, e como forma de reforçar o rodízio, qualquer funcionário do banco poderá submeter-se ao processo. Ao final, serão filtrados os melhores candidatos. Significará uma rotatividade de executivos com diferentes experiências que agregarão mais valor à empresa”, afirmou.

Para 2019, as expectativas são positivas. “O novo governo vai ter sua linha de atuação, mas o que estamos fazendo representa um processo organizacional de evolução, sem ideologia. Nossas prioridades em infraestrutura, social e competitividade são temas que estarão, obrigatoriamente, na agenda do Planalto”, prevê Ramos.

* Estagiário sob supervisão de Odail Figueiredo

CONJUNTURA »

Candidatos atacam teto de gastos públicos

»ANTONIO TEMÓTEO

Coordenadores de campanha e assessores econômicos de Guilherme Boulos (Psol), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Ciro Gomes (PDT) e Álvaro Dias (Podemos) defenderam ontem a revogação do teto de gastos criado na gestão de Michel Temer. Alguns deles ainda sinalizaram que resgatarão a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que foi substituída pela Taxa de Longo Prazo (TLP) para corrigir os financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os auxiliares participaram de debate promovido pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), no qual também estiveram presentes representantes de Marina Silva (Rede) e Henrique Meirelles (MDB).

O economista Marco Antônio

Rocha, assessor econômico da campanha de Boulos, afirmou que o candidato possui um plano emergencial para recuperar a economia a curto prazo e gerar empregos. Ele defendeu a mudança do “aparato fiscalista”, para que as ações se voltem ao desenvolvimento econômico.

Além de defender a revogação do teto de gastos e da reforma trabalhista, o economista Márcio Pochmann, assessor econômico da campanha de Lula, disse que “o Brasil está prisioneiro de uma armadilha recessiva”. “Nosso plano prevê a retomada das obras públicas e crédito mais barato e difundido”, afirmou.

O coordenador do programa de Ciro, Nélson Marconi, defendeu as reformas fiscal, tributária e da Previdência. “Propomos que a carga tributária seja menor sobre pessoas jurídicas e maior sobre pessoas físicas, sobretudo os mais ricos. Também defendemos a revogação

do teto de gastos, que não controlou despesas e reduziu o Estado”, afirmou. “E queremos retomar protagonismo do BNDES no financiamento de setores prioritários, como defesa, saúde, agronegócio e energia.”

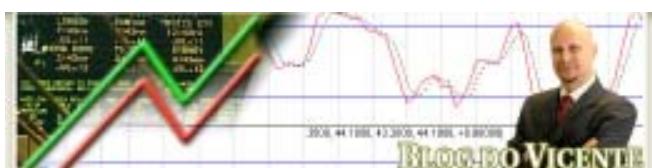
O papel dos bancos de desenvolvimento foi destacado também por Eduardo Bandeira de Mello, filiado à Rede. A coordenadora do plano de governo de Álvaro Dias, Ana Paula Oliveira, disse que o objetivo é fazer o Brasil crescer 5% ao ano e criar 10 milhões de empregos. Para ela, o deficit fiscal é o principal desafio, além de ser necessária uma simplificação tributária.

O economista José Márcio Camargo, assessor de Meirelles, ressaltou que, se eleito, o ex-ministro trabalhará para aprovar a reforma da Previdência nos três primeiros meses de governo. E defendeu a revisão das renúncias tributárias e das vinculações do Orçamento.

CORREIO WEB

INFORME
ON LINE

09/08/2018



Temer pode adiar reajuste de servidores para 2020

Sem recursos para fechar as contas, o presidente Michel Temer admite adiar, de 2019 para 2020, o reajuste dos servidores públicos. A proposta para o adiamento foi apresentada nesta quarta-feira (08/08) ao presidente pelo ministro do Planejamento, Esteves Colnago. O aumento de salário beneficia, sobretudo, a elite do funcionalismo. O reajuste está previsto para ser pago em janeiro para a maioria do funcionalismo e, em julho, para os servidores da Educação. A economia seria de R\$ 6,9 bilhões. Temer rejeitou, de imediato, adiar o aumento para os militares. Se aceitasse, a economia subiria para R\$ 11 bilhões.

A discussão sobre o adiamento do reajuste ocorre no mesmo momento em que o Supremo Tribunal Federal (STF) propõe aumento para o Judiciário no ano que vem. Por pressão dos juízes e dos procuradores, a maioria dos ministros do Supremo decidiu levar o tema adiante, mesmo com a posição contrária da presidente da Corte, Cármen Lúcia, e da situação crítica das contas públicas. A cobrança é por aumento de 16,38%, que pode ter repercussão na Esplanada, nos estados e nos municípios. O teto do funcionalismo, de R\$ 33,7 mil, vai subir caso o reajuste seja aprovado. O impacto nas contas públicas pode passar de R\$ 3 bilhões.

Segundo integrantes do Planalto, a reunião entre Temer e o ministro do Planejamento não foi conclusiva. Temer vai analisar todos os pontos da proposta. Não custa lembrar que o governo tentou adiar o reajuste de 2018 para 2019, mas uma liminar concedida pelo ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo, manteve os aumentos. A correção dos salários dos servidores foi acertada ainda durante o governo de Dilma Rousseff e mantida por Temer, que encaminhou os projetos posteriormente aprovados pelo Congresso. O aumento foi dividido em quatro parcelas. A última delas, prevista para o próximo ano.

Caso Temer aceite a proposta de adiamento dos reajustes, o projeto de Orçamento que 2019, que será encaminhado até 31 de agosto ao Congresso, não vai prever a atualização dos salários do funcionalismo. Com isso, o orçamento da Educação deverá receber um valor equivalente ao que conseguir economizar com o adiamento do reajuste de seus respectivos servidores.

O restante dos R\$ 6,9 bilhões será distribuído para demais áreas sociais e investimentos. Os valores distribuídos para cada área serão conhecidos no encaminhamento da proposta de lei orçamentária, que o Executivo vai encaminhar ao Congresso até 31 de agosto.